



DENISE PEREIRA
MARISTELA CARNEIRO
(ORGANIZADORAS)

FENOMENOLOGIA E CULTURA: IDENTIDADES E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS 3

 **Atena**
Editora

Ano 2021



DENISE PEREIRA
MARISTELA CARNEIRO
(ORGANIZADORAS)

FENOMENOLOGIA E CULTURA: IDENTIDADES E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS 3

Atena
Editora

Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa

Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

- Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalo de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

- Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

- Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais

Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia

Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembi Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Fenomenologia e cultura: identidades e representações sociais 3

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Flávia Roberta Barão
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadoras: Denise Pereira
Maristela Carneiro

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

F339 Fenomenologia e cultura: identidades e representações sociais 3 / Organizadoras Denise Pereira, Maristela Carneiro. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-965-3

DOI 10.22533/at.ed.653211504

1. Fenomenologia. I. Pereira, Denise (Organizadora). II. Carneiro, Maristela (Organizadora). III. Título.

CDD 142.7

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

Não conhecemos a realidade senão através de uma vasta cadeia de filtros, aos quais atribuímos diferentes nomenclaturas – imaginário, mundo das ideias, percepções, identidades, representações. De certa forma, essa afirmação é um tipo de clichê recorrente nos estudos da grande área das Humanidades, o que, todavia, não a torna vazia de sentido. As palavras encapsulam compreensões complexas, assim como diversos recursos comunicacionais e formas de arte, que são tentativas humanas de interpretar o que está ao seu redor e responder de uma forma que seja interpretável, o que produz uma imensa coleção de linguagens e arquétipos, todos estes meios, à sua própria forma, representações.

Representações de ideias, de objetos, pessoas, grupos, povos, países, equipes esportivas, cidades, ícones religiosos... É certo que o mundo, os acontecimentos que nele se desenrolam e as pessoas ao nosso redor são entidades só suas, inatingíveis para nós em sua forma mais essencial, e só podemos nos apropriar delas quando criamos palavras (e, portanto, conceitos) que as descrevem ou quando elaboramos enunciados explicativos, sejam eles saudações, discursos políticos, poemas ou selfies. Todos são descrições de algo, imagens de algo, apresentações de algo por alguém, re-apresentações – destarte, representações.

Parece pessimista pensar de tal forma. Que toda tentativa de comunicação é uma “mensagem numa garrafa” enfrentando a violência e a inconstância do mar, sem que aquele que a enviou jamais possa ter certeza de que sua missiva chegará ao destinatário previsto, no momento certo e em perfeitas condições. Palavras, imagens, sons, gestos: todos estes esforços comunicativos são, afinal de contas, tentativas. Há ruídos de interlocução que impedem uma suposta troca perfeita de representações: há mentiras, há ironias, há variações linguísticas.

Todavia, essa margem ampla de significação que é inerente à toda forma de representação guarda sempre uma generosa oportunidade: a de debater e problematizar os conceitos guardados naquilo que é representado. É através dessa dinâmica de desconstrução do que é tido como convencional e estabelecido de maneira pétrea que línguas ou narrativas históricas, por exemplo, podem ser revistas e reelaboradas.

Este e-book reúne uma variedade de textos que tratam de representações, de formas de se ver e se entender a realidade. Algumas dessas representações são arbitrárias e ancoradas apenas em percepções preconceituosas e ignorantes, outras são frutos de longas trajetórias de trocas simbólicas – o que não as torna menos problemáticas ou dignas de questionamentos. Arquitetura, literatura, paisagismo, gestão urbana, percepções de gênero, todos estes campos são capazes de estabelecer discursos, ocasionalmente por gerações, e cabe a pesquisadores de fôlego como os aqui apresentados, seguir interpretando esses fenômenos.

Esperamos que as leituras destes capítulos possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas reflexões.

Boa leitura!

Denise Pereira
Maristela Carneiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

A CULTURA ORDINÁRIA DA CIDADE DE CLEVELÂNDIA COMO EXPRESSÃO DA TRAJETÓRIA DE VIDA DE UMA BENZEDEIRA

Maralice Maschio

DOI 10.22533/at.ed.6532115041

CAPÍTULO 2..... 11

A IMAGEM DO ENSINO: COMO É VISTA UMA INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL PELOS GESTORES LOCAIS

Valéria dos Santos Nascimento

Vanessa Brasil Campos Rodríguez

DOI 10.22533/at.ed.6532115042

CAPÍTULO 3..... 21

BIODIVERSIDADE E IDENTIDADE LOCAL: O POTENCIAL DAS PLANTAS ALIMENTÍCIAS NÃO CONVENCIONAIS PARA A VALORIZAÇÃO DA AGRICULTURA URBANA DE CURITIBA

André de Souza Lucca

Layssa Kmiecik

DOI 10.22533/at.ed.6532115043

CAPÍTULO 4..... 34

CONTEXTUALIZAÇÃO DAS DISCIPLINAS MINISTRADAS EM INGLÊS DA PUCRS

Kelvin Milost Arend

DOI 10.22533/at.ed.6532115044

CAPÍTULO 5..... 48

DIÁLOGOS TEÓRICOS COM CHARLES TAYLOR, AXEL HONNET E NANCY FRASER SOBRE RECONHECIMENTO IDENTITÁRIO DAS MULHERES

Salete da Silva Hoch

Rosângela Angelin

DOI 10.22533/at.ed.6532115045

CAPÍTULO 6..... 60

ESTIGMA E DISCRIMINAÇÃO DE MULHERES QUE VIVEM COM VIH NA CIDADE DE MAPUTO, MOÇAMBIQUE

Oswaldo Matavel

Marta Maia

Mohsin Sidat

Maria Martins

Sónia Dias

DOI 10.22533/at.ed.6532115046

CAPÍTULO 7	75
FERNANDO CHACEL E A PRESERVAÇÃO DA PAISAGEM CONSTRUÍDA: A PRAÇA DA VILA OPERADORA DE FURNAS PLANURA/MG	
Maria Eliza Alves Guerra	
Guilherme Silva Graciano	
DOI 10.22533/at.ed.6532115047	
CAPÍTULO 8	93
GESTÃO DE CIDADES COM BASE NAS REFERÊNCIAS CULTURAIS	
Lilian Rodrigues de Oliveira Rosa	
Adriana Silva	
Helena de Oliveira Rosa	
DOI 10.22533/at.ed.6532115048	
CAPÍTULO 9	105
NA BORDA DO QUADRADO AZUL: A DIFUSÃO DA ARQUITETURA BRASILEIRA NO PERIÓDICO <i>LE CARRÉ BLEU</i>	
Marianna Gomes Pimentel Cardoso	
DOI 10.22533/at.ed.6532115049	
CAPÍTULO 10	118
O HOMEM E OS LIVROS: OS PRINCÍPIOS NORTEADORES DA LITERATURA DE HOWARD FAST	
Rafael Belló Klein	
DOI 10.22533/at.ed.65321150410	
CAPÍTULO 11	131
OS DESAFIOS DA REPATRIAÇÃO DE BENS PATRIMONIAIS: UMA DISPUTA NO CAMPO DA POLÍTICA INTERNACIONAL	
André Portela do Amaral	
DOI 10.22533/at.ed.65321150411	
CAPÍTULO 12	143
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS CONSTRUÍDAS POR RAPAZES GAYS SOBRE “MODOS DE VESTIR GAY”	
Adair Marques Filho	
Ana Lúcia Galinkin	
DOI 10.22533/at.ed.65321150412	
CAPÍTULO 13	161
SARAUS E SERESTAS EM GOIÁS: PROCESSOS IDENTITÁRIOS E INTERAÇÕES COM A MODINHA	
Ludmylla Cristina Guilardi	
Magda de Miranda Clímaco	
DOI 10.22533/at.ed.65321150413	

CAPÍTULO 14.....	174
A VERDADE E A PÓS-VERDADE SOB A PERSPECTIVA DO PENSAMENTO DE WITTGENSTEIN	
Alexandre Ribeiro Martins	
Geraldo Magela Pieroni	
DOI 10.22533/at.ed.65321150414	
SOBRE AS ORGANIZADORAS.....	188
ÍNDICE REMISSIVO.....	189

GESTÃO DE CIDADES COM BASE NAS REFERÊNCIAS CULTURAIS

Data de aceite: 01/04/2021

Lilian Rodrigues de Oliveira Rosa

Doutora em História (UNESP) e Pós-doutorado em Administração (FEA-USP). Pesquisadora do Instituto Paulista de Cidades Criativas e Identidades Culturais (IPCCIC). Professora convidada do PPG PAPP – Unesp.

Adriana Silva

Doutora em Educação (UFSC) e Pós-doutorado em Administração (FEA-USP) e em Educação (Unicamp). Pesquisadora do Instituto Paulista de Cidades Criativas e Identidades Culturais (IPCCIC). IPCCIC.

Helena de Oliveira Rosa

Internacionalista (UNESP). Pesquisadora do Instituto Paulista de Cidades Criativas e Identidades Culturais (IPCCIC). Unesp – Franca.

Esse capítulo foi originalmente apresentado no ICONO14 – V Congreso Internacional de Ciudades Creativas | 01/2017 | ASOCIACIÓN DE COMUNICACIÓN Y NUEVAS TECNOLOGÍAS.

1 | INTRODUÇÃO

A importância de identificar e reconhecer as referências culturais das localidades para que sirvam como base para políticas públicas municipais é a temática desse artigo. A questão

se torna relevante a partir da promulgação da Constituição de 1988, que alçou os municípios à categoria de ente federativo, ampliando sua autonomia. A partir de então, os gestores das cidades enfrentam os desafios de planejar políticas que sejam representativas da diversidade cultural e, ao mesmo tempo, estejam alinhadas a um contexto globalizado, que encaminha as localidades para a necessidade de internacionalização.

Diante disso, um grupo constituído por pesquisadores oriundos de várias áreas e universidades reuniu-se, em 2013, no Instituto Paulista de Cidades Criativas e Identidades Culturais (IPCCIC), visando desenvolver um projeto de pesquisa sobre a importância do diagnóstico de referências culturais como subsídio para políticas públicas municipais. Esse estudo, especificamente, foi concluído em 2016. De lá para cá, a equipe segue atuando a partir desse conjunto de referenciais, organizado em uma Tecnologia Social própria que traça o percurso da gestão de cidades guiado pela cidadania e pela cocriação (Silva, Rosa, Molina, 2017).

Para Fonseca (INRC, 2000, p.14) as referências culturais são elementos considerados particularmente importantes para os grupos sociais, aos quais “cada membro do grupo de algum modo se identifica”, relacionando-os a uma representação coletiva. Inicialmente o conceito foi apropriado exclusivamente

pela política de preservação do patrimônio cultural, relacionando a diversidade cultural não apenas à produção material, mas “também dos sentidos e valores atribuídos pelos diferentes sujeitos e práticas sociais” (INRC, 2000, p. 13).

Nessa experiência de política pública empreendida pelo então Ministério da Cultura, houve o deslocamento do foco nas instituições para o que pensam os grupos formadores da sociedade brasileira ao identificar o patrimônio imaterial brasileiro. Assim, conhecer as referências culturais que dão forma a diversidade cultural tornou-se elemento de política pública, por meio do INRC - Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC, 2000).

O presente trabalho começou a ser desenvolvido a partir da experiência dos pesquisadores com a aplicação do INRC (2000), criado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), em Ribeirão Preto, SP, entre 2009 e 2012. Depois desse período, as atividades seguiram organizadas pelo IPCCIC e dentro do grupo de pesquisa “Memórias, Identidades e Políticas Públicas”. Embora muitos projetos tenham sido desenvolvidos desde 2013, este artigo, especificamente, refere-se aos resultados obtidos a partir da prática intitulada: “Patrimônio Cultural nas cidades criativas”, uma sequência de oficinas promovida em municípios do interior do Estado de São Paulo.

A metodologia empregada tomou por princípio a investigação-ação, na qual se aprimorou a experiência “pela oscilação sistemática entre agir no campo da prática e investigar a respeito dela” (Tripp, 2005, p. 446). Na fase de planejamento, os pesquisadores do IPCCIC elaboraram um projeto de oficinas de 8 horas a serem aplicadas em nove diferentes municípios sede da região de Ribeirão Preto, SP, com pessoas ligadas ao setor cultural e à gestão pública. Para cada oficina eram convidados os municípios próximos. Realizada em parceria com a Oficina Cultural do Estado de São Paulo “Candido Portinari”, o projeto atendeu 22 municípios. A atividade foi planejada em duas partes: (1) duas horas dedicadas ao compartilhamento de conceitos-chave, tais como cultura, referências culturais, políticas públicas, entre outros e suas utilizações na gestão municipal; (2) Em um segundo momento, com seis horas de duração, os ouvintes foram convidados a aplicar os conceitos apreendidos em um diagnóstico preliminar sobre as referências culturais do seu município. Os participantes deveriam refletir como as referências culturais identificadas poderiam contribuir para a construção de políticas públicas participativas em outras áreas de atuação do poder público, para além do campo cultural. A cada uma das oficinas, os pesquisadores monitoravam e descreviam os efeitos da ação nos municípios, avaliavam os resultados e planejavam uma melhora na prática.

Com base nos resultados obtidos, discute-se importância das referências culturais das localidades como base para políticas públicas democráticas. Nesse caminho, se propõe algumas reflexões sobre o papel das experiências locais e do reconhecimento das identidades culturais na construção da cidadania plena e de políticas públicas democráticas. Também são apresentados os desafios enfrentados pelos municípios em reconhecer suas identidades diante da descentralização federativa e da crescente demanda pela

internacionalização. Por fim, são apontados os resultados parciais de pesquisa, de maneira a indicar caminhos para o diagnóstico das referências culturais como base para políticas públicas.

O capítulo está dividido em duas partes. Na primeira foi abordado o contexto no qual se insere a temática, bem como os conceitos de política pública, desenvolvimento/ envolvimento e referências culturais. Na segunda parte apresenta-se uma proposta de diretrizes para diagnóstico de referências culturais nos municípios baseada nas reflexões teóricas e práticas de campo empreendidas pelo grupo de pesquisa.

2 | REFERÊNCIAS CULTURAIS: MATÉRIA-PRIMA PARA POLÍTICAS PÚBLICAS E PROJETOS DE COOPERAÇÃO REGIONAL E INTERNACIONAL

Políticas públicas com base no lugar

O Estado formula políticas públicas a partir do princípio que existem determinados domínios da atividade humana nos quais deve intervir, visando o bem comum (Mead, 1995). Para a consecução dessa intervenção forma-se um “conjunto de atividades diretamente destinadas à execução concreta das tarefas e incumbências consideradas de interesses público ou comum”, que definem a administração pública (Bobbio, 1993, p.10). A compreensão desse processo compõe o estudo da dimensão política, cujo objetivo é analisar o governo em relação às demandas da sociedade que, para Rémond (2003) têm aumentado significativamente. Isto pode ser explicado pela ação de grupos variados, que pressionam o governo a “legislar e controlar as mais distintas esferas da vida social, da construção de moradias à difusão da cultura” (Barros, 2005, p.17). É uma equação simples: aumento de demanda gera novas políticas, que resultam em ampliação do aparato do Estado e na crescente especialização intragovernamental em diversas áreas.

Esse movimento é parte de um processo mais amplo, que envolve a transição de uma sociedade de desenvolvimento espontâneo para outra de caráter mais planejado. Para Bresser-Pereira (2001) isto se explica pelo trânsito do Estado oligárquico para o democrático, ocorrido com o final da Ditadura Civil-Militar no Brasil e com a promulgação da Constituição Cidadã, em 1988, quando ocorreram sensíveis mudanças tanto no campo político, quanto no administrativo, visando o aumento da eficiência e do desempenho da coisa pública.

Politicamente, as instituições democráticas enfrentaram o desafio de ampliar a participação e o controle da administração pública pelos cidadãos. Com uma repactuação da estrutura federativa, quando se fortaleceram as instâncias subnacionais, tais como estados e municípios (Rocha, 2009), surgiram formas inovadoras de gestão representadas por orçamentos participativos, parcerias com a sociedade civil e iniciativas de internacionalização.

Do ponto de vista administrativo, os anos de 1990 viram uma gradativa adoção

do modelo gerencial, baseado na eficácia e no controle dos resultados. Paralelamente, o Estado vem estudando formas de alterar sua estrutura organizacional, melhorando as formas de descentralização, em particular, aprofundando a horizontalidade das tomadas de decisão.

Depois de décadas de prevalência de projetos elaborados “de cima para baixo” e “de dentro para fora”, pensados por políticos profissionais e técnicos, sem ouvir a população, iniciaram-se reflexões sobre como promover a descentralização e a democratização, visando à ação colaborativa entre atores diversos.

Mas, para Milton Santos (2009) o reconhecimento da importância da participação da sociedade na coisa pública pela legislação brasileira não resulta exclusivamente de uma iniciativa do Estado. Para o autor, o fortalecimento de ideias na política minimiza a ampliação do utilitarismo. Como resultado reforça-se a ética, chamando indivíduos e coletividade à responsabilidade pela consolidação da democracia, construindo um caminho para a cidadania. Contudo, Santos (2009) admite que ainda falta muito para a consolidação desse processo. Afirma que a consolidação da democracia e da cidadania ocorre a partir do “cidadão num lugar”, como aquele que se envolve nas soluções locais, sem perder de vista o global. Ai estaria a cidadania plena: a transformação do cidadão que é um simples usuário da cidade em um cidadão cocriador do seu lugar.

Concorda-se com Morin (2013, p.81) que a democracia participativa com base nas experiências locais diminui a postura “apática”, marcada pela “insignificância do pensamento político” e pelo “desinteresse dos cidadãos”, condição que incapacita gestores públicos e sociedade civil de enfrentarem “os grandes desafios da era planetária”. Para chegar a esse ponto o cidadão deve ouvir, participar, responsabilizar-se e debater sobre as questões da sua localidade. Esse formato “permitira discutir em nível local os problemas de interesse nacional e até mesmo planetário” (Morin, 2013, p. 82-83). Em outros termos, deve-se implantar um novo tipo de governança, unindo as instâncias participativas cidadãs, políticas e administrativas, locais e regionais e técnicos. O autor apresenta uma ideia ampliada de governança (*governance*), ultrapassando, por exemplo, a noção tradicional do Banco Mundial, que a define como a forma adotada pelo Estado para administrar os recursos sociais e econômicos de um ente federativo visando o seu desenvolvimento (The World Bank, 1992). Como Milton Santos (2009), também para Morin (2013) a resposta está no lugar. No espaço que faz sentido para aqueles que o habitam.

Superar desigualdades e o isolamento, transpor especializações e ultrapassar fronteiras de conhecimento de maneira a auxiliar a sociedade ocidental a lembrar daquilo que parece ter esquecido: religar-se entre si, ao meio ambiente e ao local do qual faz parte formando comunidades, por meio do reforço das relações de vizinhança, de proximidade. Avançar na construção de uma cidadania para além da participação, em direção ao envolvimento, que para Morin (2013) significa o empoderamento da sociedade civil, conquistado com a progressão em liberdade e autonomia, atingindo níveis altos de

solidariedade.

A orientação desenvolvimento/envolvimento significa que, fundamentalmente, o objetivo não é mais o desenvolvimento de bens materiais, de eficácia, de rentabilidade, do calculável; é também o retorno de cada um às suas necessidades interiores, à estimulação das aptidões de compreender o outro, próximo e distante, [...]. O envolvimento significa a manutenção da inserção em sua cultura, suas comunidades, a primazia da qualidade poética do viver. O desenvolvimento favorece o individualismo. O envolvimento favorece a comunidade (Morin, 2013, p. 44).

Conhecer a sua própria cultura e compreender-se como comunidade torna o município mais forte para enfrentar demandas atuais, como pela internacionalização.

A cultura local como matéria-prima para cooperação regional e internacional

Com o artigo 18 da Constituição, os municípios tornaram-se entes federativos, com recursos e autonomia fiscal e administrativa. Também constituíram uma agenda independente da União, podendo não aderir às políticas públicas federais (Arretche, 2004). Se essa descentralização pode ser considerada um avanço, por outro lado, com o passar dos anos acabou por agravar as já expressivas desigualdades entre os municípios, em decorrência da sua execução pouco eficiente.

Diante dessa realidade tornou-se um desafio para a gestão pública municipal capacitar-se para exercer essa autonomia, por meio do aprendizado político e da busca de ferramentas que lhes possibilitem identificar suas singularidades, gerando condições para a melhoria da qualidade de vida a partir da sua identidade. Na outra ponta desse mesmo processo há o desafio de diminuir o insulamento administrativo e econômico, para o qual, um dos caminhos possíveis é a internacionalização.

De acordo com a cartilha elaborada, em 2008, pela Confederação Nacional de Municípios (CNM), cujo objetivo é apresentar instrumentos para a “inserção internacional dos municípios brasileiros” (CNM, 2008, p.8), o estabelecimento de relações internacionais seria uma atividade meio para se promover o desenvolvimento sustentável das localidades, por intermédio da busca de financiamento e a troca de experiências. Entretanto, segundo Santos (2010) para ter capacidade jurídica internacional, o município precisa de dois elementos: (1) competência para atuar externamente, ou seja, obter o aval da União, seja por meio de leis constitucionais ou por uma permissão do governo central para o estabelecimento de atividades externas; (2) deve efetuar relações de fato com outros membros da comunidade mundial, sejam eles outras localidades, organizações internacionais ou instituições privadas.

Além disso, ainda deve ser considerado o contexto mundial, no qual “decisões em temas de competência municipal são tomadas em âmbito internacional sem que as autoridades locais possam nem sequer elaborar recomendações” (CNM, 2008, p.40). Para reverter esse quadro, a cartilha argumenta que as localidades têm criado meios de

representação política e de convergência de ideias para diversos assuntos presentes na agenda internacional.

Para a CNM (2008) há quatro principais formas de se promover a internacionalização de uma localidade: a política internacional, o marketing urbano, a promoção econômica e a cooperação descentralizada. A política internacional consiste na participação de fóruns, assim como no desenvolvimento de políticas e na valorização de uma identidade local para a atração de investimentos. Já o marketing urbano pode ocorrer, por exemplo, pela promoção da marca da cidade, e da sua visibilidade com os eventos internacionais. A promoção econômica envolve a atração de investimentos econômicos externos diretos (IED), a promoção turística e o desenvolvimento do comércio exterior. Quanto à cooperação descentralizada, esta preza pela mobilização de recursos, sejam eles financeiros ou técnicos. Exemplos são encontrados em São Paulo, Porto Alegre, Betim entre outras, que sediaram eventos internacionais, receberam financiamentos e assinaram acordos de irmandade (CNM, 2008; Onuki, Oliveira, 2013).

Mas, cabe destacar que estratégias de cooperação internacional ou regional terão mais chances de sucesso se os municípios tiverem as suas potencialidades diagnosticadas. Robert M. Solow, prêmio Nobel da Economia, afirmou que a “longo prazo, lugares com forte e distinta identidade têm chance de prosperar mais do que aqueles que não a possuem”. As “cidades devem conhecer seus atributos de identidade mais fortes e desenvolvê-los. Ou correrão o risco de serem tudo para todos e nada de especial para ninguém” (Solow *apud* Shluger, 2014, p.14). Essa afirmação sugere uma dinâmica complexa: os municípios precisam aprender a lidar com as rápidas mudanças culturais e econômicas, provocadas pelo intenso e rápido fluxo de capitais, pessoas e informações, ao mesmo tempo em que precisam valorizar suas identidades como elemento de desenvolvimento e qualidade de vida das populações locais.

Um exemplo internacional citado por Duarte (2012) é o caso do museu de Mértola, em Portugal, onde houve a sua integração nos circuitos culturais nacionais e internacionais por meio de cooperações e eventos promovidos dentro do museu. Valorizando a forte presença da cultura islâmica na região, foi criado o Festival Islâmico, que ressalta a identidade local com uma semana marcada por concertos, teatros, danças, mostras de gastronomia e conferências. Além disso, há a associação entre produtores locais, nacionais e internacionais, para a comercialização de produtos que respeitem o meio ambiente e os saberes tradicionais. Juntamente com outros 13 países do Mediterrâneo, o museu formou uma rede de cooperação com o intuito de facilitar o acesso online a exposições e marcos da cultura islâmica, acreditando que a divulgação desta realidade pode aproximar realidades culturais, gerando trabalho, renda e qualidade de vida.

Essas conexões que visam vencer o insulamento municipal não vêm ocorrendo apenas no plano internacional. No Brasil existem casos de municípios que formam redes como meio de equacionarem questões comuns, que ultrapassam as suas fronteiras.

Consórcios, redes intermunicipais e regiões metropolitanas estão surgindo no território nacional. Dois casos exitosos é a dos nove municípios do circuito das águas paulistas, organizados no Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento do Polo Turístico e o Consórcio Intermunicipal Culturando, iniciativa inovadora na área de cultura, que reuniu municípios do interior do estado de São Paulo. Quanto às regiões metropolitanas, criadas a partir de identidades, ainda que somente geográficas em alguns casos, elas têm como base, a cooperação. No caso do Estado de São Paulo, foram estabelecidas seis regiões metropolitanas. A mais recente é a de Ribeirão Preto criada em 2016, com 34 municípios.

3 | REFERÊNCIAS CULTURAIS COMO BASE PARA POLÍTICAS PÚBLICAS DEMOCRÁTICAS

Até aqui se discutiu as referências culturais que revelam as marcas visíveis da diversidade cultural e das identidades da localidade, a partir deste ponto, a atenção se volta para a compreensão de como as referências culturais podem apresentarem-se como um dos objetivos das políticas públicas municipais que desejam inovar sem perder suas características próprias.

Refletindo sobre o processo de investigação-ação nos municípios do interior do estado de São Paulo, por meio do projeto “Patrimônio Cultural na Cidade Criativa”, é possível cotejar que a elaboração de políticas públicas municipais ainda não envolve a sociedade civil e não leva em conta as referências culturais que dão forma às identidades culturais locais

Diante do contexto que foi apresentado por este artigo e correlacionando com a realidade dos municípios paulistas visitados pelos pesquisadores, constata-se que a falta de políticas participativas e do reconhecimento e valorização das singularidades locais, são elementos que dificultam a construção da cidadania plena, bem como a geração de condições para o desenvolvimento sustentável das localidades.

Em todos os municípios visitados, a oficina era iniciada com a pergunta sobre o que havia de singular na localidade, o que, na percepção dos participantes, era considerado como uma referência cultural do município. Em quase toda a totalidade (cerca de 80%) a resposta foi que nada havia de singular, de particular. Outras questões reconhecidas foram: o desconhecimento dos gestores públicos em relação à diversidade cultural do seu município; a falta de políticas de envolvimento dos grupos sociais locais de discussão e elaboração de políticas públicas; e o desconhecimento do potencial que as referências culturais representam para o fomento de políticas em várias áreas, tais como: economia, social, saúde, cooperação etc. Outro aspecto é que os gestores demonstram não saber o caminho para a execução de um diagnóstico de referências culturais que pudesse subsidiar políticas públicas municipais.

Com base nisso, considerou-se que nos municípios onde a construção de políticas públicas não envolve os grupos formadores da localidade, se faz necessário elaborar

projetos de identificação e reconhecimento das suas peculiaridades culturais; reconhecer os grupos sociais com características identitárias próprias; compreender as expectativas e produções de significados desse grupo; e, finalmente, elaborar um plano de gestão pública que respeite essa diversidade.

Diante disso, foram elaboradas diretrizes norteadoras que podem ser resumidas em quatro perguntas a serem feitas no momento de se construir políticas públicas: O que? Para quem? Por quê? Como?

A primeira delas “**O que?**”, diz respeito ao objeto de intervenção do Estado, o campo que será regulamentado por marcos legais e controlado por órgãos e mecanismos de planejamento e controle. É importante que ao identificar o objeto de uma política pública se contextualize a situação na qual está inserido, compreendendo-o no tempo e no espaço, como fruto de uma construção histórico-social.

O estabelecimento da governança política, entendida como a tomada de decisão para a formulação de políticas públicas (Dias; Matos, 2012) permite a articulação de interesses entre o governo, cidadãos e grupos, exercitando os direitos e mediando diferenças e conflitos. Para que isso ocorra, é necessário que se pergunte “**Para quem?**” se elaborará a política pública? A resposta aqui poderia ser rápida: para a localidade, já que a luz está focada na cidade. Mas, nesse caso, não estaria se considerando a diversidade da sociedade brasileira, mesmo que restrita a um município. Ocorre o risco de conduzir uma ação com caráter único, em uma sociedade marcada pela “desigualdade natural das necessidades culturais” (Bourdieu e Dardel 2003, p. 69). Por isso, a identificação dos atores envolvidos é fundamental: homens, mulheres; adultos, crianças/jovens; brancos, negros; nativos, imigrantes; urbanos, rurais; empregados, empregadores; religiosos, laicos; políticos, eleitores; analfabetos funcionais, letrados academicamente; entre outras possibilidades. A negação da diversidade pode resultar em políticas públicas universalizantes, que não levam em conta as especificidades de cada grupo. Um exemplo é a política pública do estado brasileiro na área da educação. Por décadas todos entoavam o slogan “Educação para todos”, mas poucos o debatiam, certos de que esta assertiva retórica bastava como reivindicação, de qual educação se estavam falando e quem eram todos: todos os brancos, todos os ricos, todos os urbanos?

Não há como implantar uma política pública democrática sem levar em conta os inúmeros envolvidos e seus interesses diversos. Para Bourdieu (2007) isso ocorre quando os emissores de políticas públicas buscam o conhecimento sobre os consumidores e produtores de bens culturais. Ao fazê-lo torna-se possível identificar as variadas e diversas maneiras e condições sociais de apropriação desses bens. Ao indagar “Para quem?” questiona-se sobre quais são as porções da sociedade que serão atendidas e quem são os indivíduos, grupos, organizações, movimentos, partidos, entre outros, capazes de influenciar na elaboração, implantação e avaliação da política.

O próximo passo é questionar “**Por quê?**”. Nesse ponto, cabe ao analista

compreender as motivações e justificativas dos diversos grupos interessados. Devem-se identificar os diferentes significados atribuídos ao objeto da política pública. Assim, formula-se uma ideia mais clara de suas percepções, expectativas e anseios em relação às ações governamentais, em uma determinada área. É importante observar se os diversos atores foram ouvidos.

Essas perguntas auxiliam no refinamento da escuta dos problemas sociais, sendo capaz de embasar uma política cultural mais democrática, “que reconhece a existência da diversidade de públicos, com visões e interesses diferenciados” (Calabre, 2007, p.11). Essa postura tende a reduzir a exclusão de uma parcela da população brasileira do processo de elaboração de políticas públicas, tornando-a mais apta a estabelecer relações entre os direitos de cidadania universais, ao mesmo tempo em que valoriza e reconhece as especificidades dos envolvidos (sua identidade), representadas em suas referências culturais. São considerados de maneira conexa, a diversidade cultural e o compartilhamento de múltiplos códigos de comunicação.

Finalmente, a última pergunta a ser feita é **“Como?”** Isso significa identificar, compreender e avaliar o plano de gestão proposto pelo governo para a sua intervenção em um determinado campo das práticas cotidianas. O planejamento e a gestão revelam-se como os pontos frágeis das políticas públicas de cultura no Brasil. Não raro, as ações governamentais não apresentam nexos entre o que dizem buscar e as iniciativas que são colocadas em prática. A estratégia é traçada, mas não se define com clareza como alcançá-la. Identificar a existência de um planejamento estratégico, com objetivos e metas, demonstra que a política pública avançou na construção e implantação de ferramentas que garantam a sua consecução, atingindo a sua missão, que é atender as necessidades da sociedade em sua diversidade.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para considerar a importância da identificação das referências culturais como base de políticas públicas municipais é necessário suspender as barreiras entre os agentes públicos e a sociedade civil, aparentemente colocados em lados opostos no campo dos interesses, religando-os em torno do bem comum. Esse processo exige uma nova configuração de cidadania. Avança para além dos direitos e deveres, sugerindo a empatia, ou seja, a capacidade de se colocar no lugar do outro e entendê-lo. Pede envolvimento, uma postura de deslocamento do “eu” em direção ao “outro”, que abrange um cuidar daquilo que está para além do ego e encontra o eco, o coletivo.

Para que isso ocorra é preciso o estímulo à reflexão, de maneira que tanto gestores como membros das comunidades tornem-se conscientes de quem são e quais os seus papéis. Dessa maneira, acredita-se ser possível construir políticas públicas que atuem no local, mas que pensem de forma integrada nos interesses regionais, nacionais e planetários.

Reconhece-se como uma limitação dessa pesquisa o fato de ter sido aplicada em nove municípios (atendendo durante a ação outros 13, totalizando 22), não podendo, portanto, serem os resultados generalizados para o todo o Brasil. Contudo, acredita-se que o estudo revela a realidade do interior do estado de São Paulo, mais precisamente do nordeste paulista, onde foi aplicada.

Baseando-se na realidade desses municípios, é possível afirmar de maneira consistente algumas questões a eles relacionadas: (1) a recente descentralização política trouxe novos desafios para as localidades, que devem buscar seu desenvolvimento tanto a nível regional, quanto a nacional e internacional. (2) o não reconhecimento das referências culturais nos municípios leva a construção de políticas públicas não democráticas e representativas; (3) há um distanciamento do poder público em relação à sociedade civil, no que tange à elaboração de políticas públicas; (4) a necessidade de se promover um amplo debate sobre a ideia de “cultura” empregada nas políticas públicas dos municípios estudados; e (5) o desconhecimento por parte dos gestores municipais da diversidade cultural do seu município e de como esta pode ser um potencial para a melhoria da qualidade de vida da população.

Por exemplo, no caso de Ribeirão Preto, que em 2014 investiu 0,7% de seu orçamento no setor, significa a não apropriação do conceito em sua amplitude, mas sim, em sua forma restrita às artes, quando não, apenas como entretenimento. Entender cultura como o modo de vida, como prática social é considerado, assim, essencial para o desenvolvimento de políticas públicas democráticas, que respeitam e valorizam a diversidade como base das demais dimensões da realidade social.

Se a mudança se materializa no jeito diferente de fazer o que até então vinha sendo feito, ou seja, uma ruptura do mesmo a favor de outro *modus operandis*, é fundamental a apropriação da realidade para a propositura do novo. Só quando eu sei o que eu tenho é possível avaliar a necessidade da mudança e quanto mais eu sei, mais ampla é a minha visão da transição necessária. Considerando a cidade como o sujeito desta articulação, que é o caso neste artigo; que a realidade é histórica e socialmente construída, reconhecer a trajetória da cidade, das pessoas e das pessoas em relação à cidade, é condição *sine qua non* para o êxito de qualquer proposta de política pública para a gestão do município.

Foi este silogismo que empoderou os pesquisadores do IPCCIC a confirmarem a importância do diagnóstico das referências culturais como base para a gestão e administração das cidades que se desejam criativas e humanas.

REFERÊNCIAS

Arretche, M. (2004). Federalismo e Políticas Sociais No Brasil problemas de coordenação e autonomia. *São Paulo em Perspectiva*, 18(2): 17-26, 2004.

Barros, J. D'A. (2005). História política: dos objetos tradicionais ao estudo dos micropoderes, do discurso e do imaginário. *Revista Escritas*, UFT.

Bobbio, N.; Matteucci, N. e Pasquino, G. (1993) *Dicionário de política*. Trad. João Ferreira. Brasília: UNB

Bourdieu, P. (2007). *A Distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk.

_____. e Darbel, A. (2003) *O amor pela arte: os museus de arte na Europa e seu público*. São Paulo: Edusp/Zouk.

Bresser-Pereira, L. C. (2001) Do Estado Patrimonial ao Gerencial. In: Pinheiro, W (org.). *Brasil: um século de transformações*. São Paulo: Cia das Letras.

Calabre, L. (2007). Políticas culturais no Brasil: balanço e perspectivas. *III Enecult*. Anais do Terceiro encontro de estudos multidisciplinares em Cultura. Salvador: Faculdade de Comunicação/UFBa.

Confederação Nacional Dos Municípios – CNM. (2008) *Atuação Internacional Municipal: estratégias para gestores municipais projetarem mundialmente sua cidade*. Brasília: CNM. Recuperado de: <http://www.paradiplomacia.org/upload/downloads/10b6220b1a4085fc6c34b03377715020munic-brasil.pdf>

Dias, R; Matos, F. (2012) *Políticas públicas: princípios, propósitos e processos*. São Paulo: Atlas.

Duarte, A. (2012) *Museu e Desenvolvimento Local: O Museu como Instrumento de Internacionalização da Cultura Local*. SIAM. Series Iberoamericanas de Museologia. Vol. 3. Recuperado de: https://repositorio.uam.es/bitstream/handle/10486/11507/57110_9.pdf?sequence=1.

Fonseca, C. L. (2006). Referências Culturais: base para novas políticas públicas. In: *O Registro do Patrimônio Imaterial*. Brasília: Iphan, p. 85-99.

Inventário nacional de referências culturais: manual de aplicação. Brasília: IPHAN, 2000.

Ipccic. *Relatório de Pesquisa 2016*. Retirado de: <http://www.ipccic.com/seminrio>.

Mead, L. (1995, fev.) Public Policy: Vision, Potential, Limits. *Policy Currents*. Recuperado de: http://politics.as.nyu.edu/docs/IO/5397/v53.0306_mead_f07.pdf.

Morin, E. (2013). *A Via para o futuro da humanidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Onuki, J.; Oliveira, A. (2013). *Paradiplomacia e Relações Internacionais: a experiência da cidade de São Paulo*. São Paulo: Centro de Estudos das Negociações Internacionais, USP. Recuperado de: file:///C:/Users/Cliente/Downloads/WP%20Janina_Amancio%20-%20Paradiplomacia.pdf

Rémond, R. (org.). *Por uma História Política*. Trad. Dora Rocha. 2ª. Ed, Rio de Janeiro: FGV, 2003.

Rocha, R. (2009) A gestão descentralizada e participativa das políticas públicas. *Revista Pós Ciências Sociais*, v. 1, n. 11, São Luis/MA.

Santos, C. M. F. (2010). *Capacidade Jurídica Internacional dos Municípios*. Dissertação [Mestrado em Ciências Sociais]. São Paulo, Unesp - Faculdade de Filosofia e Ciências Campus de Marília, SP, 2010.

Santos, M. (2009) *Por uma outra globalização. Do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro/ São Paulo: Record.

Silva, A; Rosa, L; Molina, S. *Tecnologia Social para Gestão de Cidades: Cidadania e Cocriação*. Ribeirão Preto, IPCCIC, 2017.

The World Bank. (1992) *Governance and Development*. Washington, DC. Recuperado de: <http://documents.worldbank.org/curated/pt/604951468739447676/pdf/multi-page.pdf>.

Shluger, Ephim (org.). (2014). *Cidades em Transformação*: Rio de Janeiro, Buenos Aires, Cidade do Cabo, Nova York, Londres, Havana. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro.

Tripp, D. (2005, set./dez). *Pesquisa-ação: uma introdução metodológica*. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Americanismo 118, 125, 127, 128

Arquitetura 5, 8, 75, 78, 82, 91, 92, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 113, 115, 116, 117

Axel Honnet 7, 48, 49, 57, 58

B

Benedeiras 1, 2, 3, 4, 8

Biodiversidade 7, 21, 22, 23, 25, 31, 32

C

Catolicismo 1, 4, 5, 8, 9

Charles Taylor 7, 48, 49, 50

Comunicação 5, 13, 17, 18, 19, 21, 22, 30, 35, 36, 65, 101, 103, 106, 119, 139, 144, 145, 146, 158, 159, 174, 175, 176, 178, 187, 188

Comunismo 118, 120, 122, 127, 128

Cultura 2, 7, 1, 2, 3, 4, 7, 8, 9, 10, 11, 16, 18, 23, 30, 31, 32, 48, 49, 54, 91, 92, 94, 95, 97, 98, 99, 101, 102, 103, 106, 145, 152, 157, 158, 165, 168, 186, 188

D

Desenvolvimento Local 11, 13, 15, 17, 19, 103

Design para Territórios 21, 23, 24, 28

Disciplinas 7, 34, 35, 37, 40, 41, 42, 43, 45, 46

Discriminação 7, 50, 51, 60, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 69, 70, 71, 72, 74, 154, 157

Discurso 82, 103, 131, 133, 134, 135, 137, 138, 145, 175, 185

E

Ensino Superior 3, 11, 12, 34, 35, 36, 37, 45, 188

Estados Unidos 118, 119, 120, 121, 125, 126, 127, 128, 130, 138, 157

F

Fernando Chacel 8, 75, 76, 77, 78, 79, 84, 88

G

Gay 8, 143, 144, 145, 147, 148, 149, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158

Gênero 5, 1, 3, 51, 56, 58, 72, 118, 143, 147, 148, 154, 156, 159, 161, 165, 166, 168, 169, 170, 172, 173

Gestão Educacional 11, 188

Gestão Estratégica 11, 13, 14, 18, 19

H

História 1, 2, 5, 7, 9, 10, 37, 55, 59, 84, 85, 93, 103, 104, 105, 113, 118, 119, 121, 122, 123, 125, 128, 130, 131, 132, 133, 141, 142, 159, 173, 174, 175, 188

Historiografia 9, 77, 105, 106, 108, 117, 162, 168, 170

I

Identidade 7, 3, 13, 14, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 26, 31, 48, 49, 50, 51, 53, 54, 56, 59, 97, 98, 101, 106, 127, 131, 132, 133, 134, 137, 143, 147, 149, 153, 154, 156, 157, 158, 159, 162, 173

Identidade local 7, 21, 23, 98

Idioma Global 34, 35, 36

Imagem organizacional 11, 12, 13, 18, 19

Inglês 7, 34, 35, 36, 37, 40, 41, 42, 43, 45, 46

Internacionalização 34, 35, 36, 37, 39, 40, 41, 43, 45, 93, 95, 97, 98, 103, 136

Internacionalização em casa 34

L

Le Carré Bleu 8, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 114, 115, 116, 117

Literatura 5, 8, 2, 10, 23, 24, 35, 118, 119, 121, 123, 124, 125, 128, 130, 165

M

Masculinidades 143

Meio Ambiente 1, 2, 3, 83, 96, 98, 110

Moçambique 7, 60, 61, 62, 72, 73

Moda 143, 145, 146, 147, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160

Modinha 8, 161, 162, 165, 168, 169, 170, 172, 173

Modos de Vestir 8, 143, 147, 148, 149, 151, 152, 153, 155, 156, 157, 158

Mulheres 7, 3, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 100, 120, 147, 148, 152, 158, 160, 170

N

Nancy Fraser 7, 48, 49, 53, 57, 58

P

Paisagismo moderno 75

Patrimônio 75, 91, 94, 99, 103, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142

Plantas alimentícias não convencionais 7, 21, 32

Pós-Verdade 9, 174, 175, 176, 177, 183, 184, 185, 186, 187

Processos identitários 8, 161, 162, 163, 173

R

Reconhecimento 7, 23, 24, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 78, 94, 96, 99, 100, 102, 119, 127, 132, 154

Representações Sociais 2, 8, 69, 143, 144, 145, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 162, 168

Restituição 131, 132, 134, 135, 136, 138, 139, 140, 141, 142

S

Saraus 8, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 168, 170, 171, 172, 173

Serestas 8, 161, 162, 163, 164, 168, 169, 170, 171, 172, 173

Sociedade Goiana 161, 162, 163, 165, 168, 172, 173

T

Teorias 19, 48, 51, 57, 58, 143, 145, 156, 160

V

Verdade 9, 16, 122, 125, 149, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 183, 184, 185, 186, 187

VIH/SIDA 60, 63, 67, 69, 71, 73

Vilas Operadoras 75, 76, 77, 79, 91, 92

Vulnerabilidade 50, 60, 62, 69, 70, 72

W

Wittgenstein 9, 174, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

FENOMENOLOGIA E CULTURA: IDENTIDADES E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS 3

 **Atena**
Editora

Ano 2021

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

FENOMENOLOGIA E CULTURA: IDENTIDADES E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS 3

 **Atena**
Editora

Ano 2021